APLICAÇÃO JUDICIÁRIA DA NARCO-ANÁLISE

Garcia Moreno

Professor de Medicina Legal da Faculdade de
Direito de Sergipe

A narco-análise nasceu de um achado clínico. Surgiu, exatamente, quando HORSLEY observou que pacientes neuróticos, impermeáveis à penetração psicoterápica, trancados e reticentes, começaram, sob a ação da sonolência barbitúrica, a revelar o mundo das tendências mais íntimas, abrindo-se em confidências e cooperando, valiosamente, no processo curativo. O emprêgo do método em soldados neurosados da última grande guerra, trouxe efeitos rápidos e espetaculares. A descida ao inconciente humano, que a técnica psico-analítica realiza, com lentidão de muitos meses, passou a ser feita a curto prazo, com poucas e, às vezes, com uma única injeção endovenosa de pentotal.

Com o nome batismal de narco-análise, psico-análise química e psico-narco-análise, a descoberta de HORSLEY estabeleceu-se na rotina dos psiquiatras de todas as latitudes, com maior ou menor entusiasmo. A singeleza da aplicação, a relativa inocuidade e os resultados felizes de casos numerosos, deram à nova técnica de tratamento, aceitação generalizada. Rasgou-se mais uma via de acesso às profundezas do psiquismo, sem o traçado sinuoso, acidentado e curvilíneo daquela "estrada real" gizada por *Freud*, com a interpretação dos sonhos e o recurso da associação livre.

O obscurecimento da consciência pelas sombras da droga narcótica, quebrando resistências e destruindo inibições, permitiu que confidências sem tropeços revelassem a substância psicológica sub-terrânea do homem, exumando vivências, sen-

timentos, idéias, impulsos represados e secretos. Nessa velha e continuada tentativa de conhecer-se o mais dentro de si mesmo, de acender lanternas na escuridão de sua interioridade, o homem é o mesmo andarilho empoeirado e ansioso que partiu das beberágens dos feiticeiros primitivos para chegar ao barbitúrico endovenoso dos psiquiatras contemporâneos. A narco-análise é o recém-chegado ao arsenal dos filtros reveladores. O barbitúrico transfunde na circulação humana a euforia e a indiscrição. Dá à alma alegria, em troca de seus segredos. Como o álcool, seu remoto ancestral, alegra o coração do homem e desnuda a autenticidade de sua índole.

Não foi preciso que transcorresse muito tempo para que “embriaguês barbitúrica”, medicamente induzida, ultrapassando o emprêgo pacífico na psicoterapia, viesse bater às portas da aplicação judiciária. Ao fazê-lo, mergulhou num clima polêmico, em que os espíritos se debatem com ardores de todas as temperaturas. Mais uma vez, a “integração da ciência no direito”, como refere o Prof. *CRAVEN*, suscitou o desenccontro dos pensamentos doutrinários. Travou-se duelo incruento, entre os que admitem que a Justiça se possa transformar numa “técnica científica”, e os que permanecem fieis ao ponto de vista de que ela continuará sempre “um debate de consciência”.

Vencida a fase inquisitorial do velho Direito, quando sob a inspiração das idéias de uma filosofia humanitária, *MONTAGNE*, *VOLTAIRE*, *BECCARIA* e outros espíritos alevantados tangeram, para o museu trágico das barbaridades humanas, a tortura, e a confissão perdeu a realeza no reino das provas legais, a presunção de inocência criou, para os acusados, o direito ao silêncio. A compleição física desfez-se do triste privilégio de salvar os criminosos fortes e condenar os inocentes fracos, a que se reportava *LA BRUYÈRE*. Restou, todavia, nos dias atuais, em que a “certeza legal” foi substituída pelo “*íntimo convencimento*”, uma interrogação: — que vale mais, o direito ao silêncio do acusado ou o direito à verdade do julgador? Quando a verdade se dissimula na mentira ou se esconde na intimidade do inculpado, pode e deve a Justiça re-

correr aos poderes reveladores da ciência? Em particular, a narco-análi-se pode ser um meio de semiologia judiciária no diagnóstico da verdade?

A resposta à pergunta implica na necessidade de uma discriminação preliminar. É indispensável fazer-se a distinção entre narco-diagnose e narco-analise. A primeira, destina-se ao diagnóstico pericial da simulação. A segunda, visa à obtenção artificial da confissão. Fundamentalmente, a diagnose da simulação é um problema clínico. Para solucioná-lo, pode o perito empregar todos os recursos idôneos de sua arte, se contra eles não se voltar a vontade do acusado e se, neles, não houver perigos ou motivos de sofrimento grave. Coisa diferente não fazem todos os neuro-psiquiatras forenses do mundo, com a pesquisa dos reflexos e da sensibilidade, as funções sub-occipitais e lombares, a electroencefalografia, etc. A objeção, já levantada à narco-diagnose, de que, ao lado da destruição da comédia simuladora, o barbitúrico endovenoso revelaria segredos e verdades ocultas do simulador, não tem validade prática. O perito, se revestido das qualidades morais indispensáveis, não irá jamais, além dos limites do mandato que recebeu: o diagnóstico da simulação. A sua conduta será, inflexivelmente, a da regra de *LOGRE*: se, por exemplo, lhe chega à perícia um simulador de afasia, em mutismo de muitos dias, e é submetido à marcosse barbitúrica, confessando, na incontinência-verbal provocada, todo o crime de que é causado, o perito informará, exclusivamente, à Justiça que o inculpado pode falar, que não é um afásico *vero*. Só e só. O que ouvira sobre a materialidade do fato sepulta-se no silêncio do segredo profissional. Neste passo, é quase compulsória a citação da famosa e já clássica "affaire du penthotal", em que foram envolvidas três figuras notáveis da psiquiatria francesa: *LAIGNEL - LEVASTINE, HEUYER e LHERMITTE*.

Um indivíduo, sobre o qual pesavam fortes acusações de colaboracionista, é levado à Justiça. Apresentou-se hemiplégico e afásico. O primeiro exame pericial conclue que o acusado era um grande doente neurológico, que seus distúrbios da marcha e da expressão resultavam de lesão cerebral causada por um projétil. Em tais condições e em consequência da incapacidade de falar, ficou à margem de qualquer interrogatório, suspendendo-se o processo que lhe era movido.

Pouco depois, com a notícia de que o acusado era um simulador quanto à afasia, é determinada nova diligência médica. O paciente é, novamente, entregue aos mesmos peritos. Com a explicação prévia e indispensável da técnica e dos fins da narco-análise, os expertos obtêm do inculpado o consentimento à prática da narcose barbitúrica. O afásico orgânico do primeiro exame aritcula, à penumbra da sonolência induzida, um "oui" absolutamente nítido e inconfundível. Prolongado o interrogatório pelos peritos, confessa o mutismo intencional e interesseiro, em que se fechara havia longo tempo. Feito o diagnóstico de afasia simulada, a Justiça retoma o processo, interroga o acusado conven-se-se da veracidade das acusações e encerra o caso com a condenação justa.

Ai é que começa a célebre questão do pentotal por que, na época, tanto se apaixonou a opinião pública de Paris. O advogado de *CENS* (assim se chamava o simulador) intentou processo criminal contra os peritos. Levantou em desfavor dos três mestres da medicina francesa a acusação de lesão corporal e quebra do segredo profissional. A lesão teria sido a inócua injeção endoflébica, a simples flebotomia. O segredo violado, o diagnóstico da simulação transmitido ao julgador. A serenidade da Justiça parisiense não se deixou contaminar pelo escândalo, mais ou menos histórico, que a imprensa havia criado. Inocentou os peritos acusados, firmando, ao mesmo tempo, jurisprudência sobre a licitude do narco-diagnóstico da simulação.

Feição menos singela, pelo contexto psicológico, jurídico e moral, oferece a narco-análise chamada a dar, à Justiça, a "confissão artificial" da verdade que o acusado guarda no seu silêncio, numa opacidade que o interrogatório comum não logra transpor.

O efeito do barbitúrico endovenoso é promover, como se sabe, uma crise aguda de extroversão. A dissolução, transitória e fugaz, da consciência, que determina, coloca na língua solta a confiança de todo um material psicológico experiencial e vivencial, verdadeiro e mítico, real e fantasiado. Nem sempre, a confissão do narcotizado tem a clareza de um texto límpido. Como o sonho, demanda interpretação, às vezes, difícil. U'a narração das mais vivas côres realísticas, pode ser o disfarce simbólico de complexos, tendências, impulsos represados,

fantasias da pré-história infantil do homem. A possibilidade das auto-acusações, inconscientemente motivadas, não é excepcional nos narco-analisados. O fato, aqui, como sucede tantas vezes de referência aos auto-acusadores anormais, também pode prostituir a "rainha das provas". De outro lado, os psicoanalistas químicos apontam a existência, nada singular, de indivíduos narco-resistentes. Principalmente, entre aqueles que pertencem à fauna dos criminosos calejados, os quais podem e sabem, malgrado o crepúsculo narcótico da consciência, dosar suas confidências e dar a suas confissões um grau de revelação conveniente. Se vivesse em nossos dias, diria, talvez *LABRUÈRE* que a narco-análise, a serviço de interrogatório judiciário, é uma "tortura indolor" que protege os criminosos narco-resistentes e condena os inocentes fantasiastas...

Entre os juristas, não se harmonizam as opiniões quanto à liceidade da confissão sob narcose. Os mais simplistas lhe são favoráveis pela única razão de que contra ela não existe dispositivo legal. A lei não lhe traça proibição expressa. Outros, ainda favoráveis, enxergam na narco-análise a modalidade hodierna daquele exame interno a que se referia *FERRI*, quando apregoava as vantagens criminológicas da hipnose. Alguns, prendem-se à simplicidade e inocuidade do método e afirmam que os que lhe são contrários fundamentam a oposição com o mesmo espírito rebelde a quaisquer "provas científicas", inimigas inconciliáveis da eloquência forense: são os advogados. Certos opositores da narco-análise judiciária assestam o modo de pensar na característica que deve ter a confissão digna de préstimo: ser um ato livre da vontade comandada pela consciência liberta de qualquer espécie de coação, desanuviada da sombra de qualquer perturbação.

Não faltam os que exclamam, repassados de profunda indignação, que, em quase todos os casos, a "tortura química" é mais desumana do que o tormento físico das confissões inquisitoriais. Enquanto estas laceravam as carnes e despedaçavam os ossos, deixavam a alma livre, dona de seus segredos e das suas verdades. Aquela, a "tortura sem dor", é a violação da personalidade, pela entrega passiva de sua intimidade. O aspec-

to moral da narco-análise judiciária está comprometido na velha e sempre renovada questão do respeito à dignidade do homem em face dos superiores interesses da sociedade. A posição, que nela se tomar, decidirá sobre a avaliação do chamado bem maior: o Indivíduo ou a Sociedade?

Medite-se, nesta hora, em que renasce na civilização moderna o Estado Majestário, sôbre o servilismo invertebrado com que a medicina vai servindo, como uma lepra exdrúxula, para mutilar, segmento por segmento, a pessoa humana. Aquilo que *LOPES IBOR* chamou de *perímetro da personalidade* vai, cada dia, sendo ultrapassado. Podemos dizer que o assalto ao castelo da interioridade humana, pela química psicológica, não é todo o aviltamento da alma. Pior é entrar dentro do homem, matar suas convicções e suas crenças. Esvasiar o seu mundo interior, secá-lo, deixá-lo ôco. E reenchê-lo com outras crenças e outras convicções. Pior é praticar o *mentecídio*. A psicologia, a química, a psico-cirurgia já ostentam o estigma de mentecidas. Não são falsos os temores dos que encaram a narco-análise judiciária como os passos iniciais de u'a marcha que nos poderá conduzir à medicina mais desfigurada, mandatária do Estado criminoso contra os direitos fundamentais do Homem!

CONCLUSÕES:

- 1 — A narco-diagnose é um recurso idôneo na determinação pericial da simulação.
- 2 — A aplicação judiciária da narco-análise não se enquadra nas exigências de certeza, juridicidade e moralidade com que deve ser colhida a confissão .